

### **3ª Comissão Especializada Permanente**

#### ***Escola e Sociedade***

A Escola é uma realidade social importante no seio das sociedades contemporâneas, com mandatos que se vão renovando em função dos momentos históricos, dos ideários dos decisores políticos, das determinantes económicas, dos movimentos sociais e culturais, em geral. A Escola serve uma multiplicidade de funções sociais, pedindo-se-lhe hoje que faça quase tudo: que socialize crianças e jovens, que dê instrução e educação ao serviço das mais diversas necessidades sociais. Um tão vasto mandato social acaba por albergar tensões difíceis de gerir como é o caso de ter de selecionar os melhores e ao mesmo tempo dever ser inclusiva como impõe o desiderato da escola para todos.

A recente crise pandémica mostrou nos seus momentos mais agudos que a sociedade não tem um substituto à altura para a escola, apesar dos diagnósticos sucessivos, elaborados ao longo de décadas, de insuficiências e até de alguns anacronismos. A Escola é o contexto central onde se pode operar a transformação e melhoria do sistema educativo e, nesse sentido, é a organização que tem um papel fundamental e insubstituível no desenvolvimento do currículo. É consistentemente reconhecido que a Escola é uma organização bastante complexa, podendo envolver dezenas ou centenas de profissionais (educadores de infância, professores, psicólogos, técnicos de serviço social, educadores sociais, animadores socioculturais, assistentes operacionais e técnicos), generalizar o acesso às tecnologias e oferecer uma diversidade de ofertas educativas e formativas. Continua a reconhecer-se, apesar das contestações, o papel da Escola na formação para a cidadania.

Ao mesmo tempo que se encaixa numa espécie de linearidade vertical que é a administração educativa (do topo à base), a Escola está inserida num território, daí emergindo múltiplas e complexas relações com as comunidades, umas vezes com expressão formal, outras sobretudo informal. Pais e encarregados de educação, serviços públicos (saúde, justiça, segurança, cultura...), agentes económicos e, ainda que com um tipo de responsabilidade diferente, as chamadas autarquias locais são cada vez mais convidados a dar corpo a uma espécie de pulsão para a “descentralização” que urge compreender e analisar. Importa a este respeito assinalar a grande diversidade de soluções que caracteriza já o território nacional, decorrentes quer dos processos “autónómicos” de Açores e Madeira, quer do chamado processo de “descentralização” em curso no Continente. Um dos aspetos que melhor ilustra as mudanças operadas no sistema educativo (do Continente) em resultado da colaboração entre o poder central e o poder local é a reorganização da rede escolar em torno da unidade “agrupamento de escolas”, cujo impacto administrativo, mas sobretudo pedagógico, é preciso conhecer melhor.

Ainda que de forma sumária, resumem-se algumas das áreas de interesse para esta comissão especializada, que orientará o seu trabalho através de três questões fundamentais: a) O que é que se espera que as escolas façam ou o que lhes é pedido para fazerem? (Objetivos da Escola); b) O que é que as escolas realmente fazem? (Funções que a Escola desempenha); e c) O que é que as escolas devem, ou deveriam, fazer aqui e agora? (Finalidades da Escola). Para tal, uma das áreas de trabalho desta comissão especializada, em articulação com outras comissões, será a de contribuir para aprofundar o conhecimento acerca das escolas, isto é, por exemplo, os seus modos de funcionamento e de organização, as formas como se relacionam com outros intervenientes (associações de pais e encarregados de educação, escolas dos ensinos básico e secundário, escolas do ensino superior, agentes empresariais, autarquias) e os processos de liderança pedagógica utilizados. É também no âmbito desta comissão que se acompanham as políticas públicas relacionadas com a rede de ofertas educativas e formativas e das articulações que se desenvolvem junto dos diferentes intervenientes (escolas, serviços do Ministério da Educação, representantes dos pais e encarregados de educação, autarquias).

Na verdade, sem um conhecimento e uma compreensão profunda da Escola e da sua inserção social será difícil produzir reflexões e recomendações que contribuam para melhorar e renovar a qualidade das suas ações. Neste domínio, assume particular relevância a criação de redes de colaboração e de participação de investigadores, de pais, de educadores, de professores e de cidadãos em geral, que possam contribuir para melhorar a educação pública e a formação dos professores e das lideranças escolares.